

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO

ANO DE 2015

DENOMINAÇÃO: Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior

MORADA: Av. Dr. João Afonso Calado da Maia

Nº: ANDAR: LOCALIDADE: Rio Maior

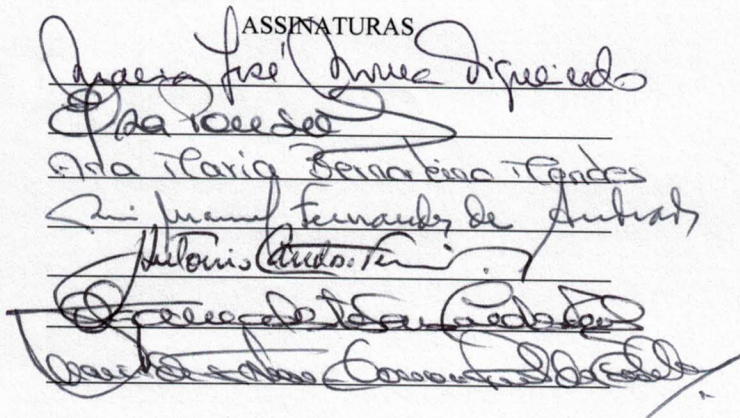
FREGUESIA: Rio Maior CONCELHO: Rio Maior CÓD. POSTAL: 2040-333

A DIRECÇÃO:

LOCAL: Rio Maior

DATA: Rio Maior 09/03/2016

ASSINATURAS

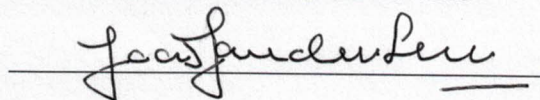


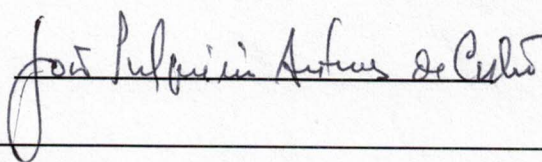
APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

Rio Maior, 30/03/2016

ASSINATURA DO PRESIDENTE

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS





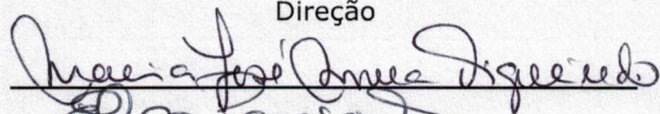
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIO MAIOR

Balço em 31-12-2015

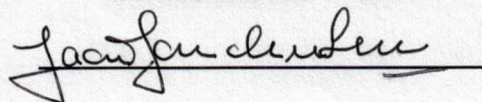
EUROS

Rubricas	Notas	Datas	
		2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente		2,512,467.50	2,506,213.77
Activos fixos tangíveis	4	2,510,348.15	2,505,167.92
Investimentos financeiros	5	2,119.35	1,045.85
Activo corrente		727,807.57	695,457.51
Inventários	6	6,310.21	5,669.57
Clientes	10	64,848.80	79,229.87
Adiantamentos a fornecedores		0.00	7.95
Estado e outros entes públicos		4,756.25	4,930.48
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros		3,638.50	3,802.25
Outras contas a receber		93,445.82	99,875.88
Diferimentos		11,846.06	7,668.54
Caixa e depósitos bancários		542,961.93	494,272.97
Total do Activo		3,240,275.07	3,201,671.28
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais		2,938,088.75	2,955,627.50
Fundos		45,398.04	45,398.04
Resultados transitados		1,976,599.47	1,984,941.10
Excedentes de revalorização		516,006.42	516,006.42
Outras variações nos fundos patrimoniais		400,084.82	409,281.94
Resultado líquido do período		20,640.06	-8,341.63
Total do fundo de capital		2,958,728.81	2,947,285.87
Passivo			
Passivo corrente		281,546.26	254,385.41
Fornecedores		73,488.03	67,643.05
Adiantamentos de clientes		5,496.08	10,364.15
Estado e outros entes públicos		46,779.58	25,891.99
Outras contas a pagar		155,782.57	150,486.22
Total do Passivo		281,546.26	254,385.41
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3,240,275.07	3,201,671.28

Direção


 Maria José Gomes Diqueiro
 Ana Maria Bernardino Mendes

Contabilista Certificado


 Jacobo Mendes

Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior

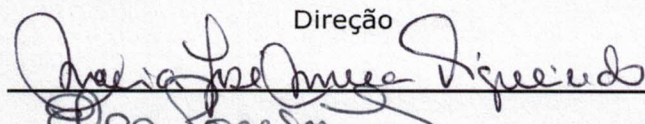
Demonstração dos Resultados por Natureza

Período findo em 31-12-2015

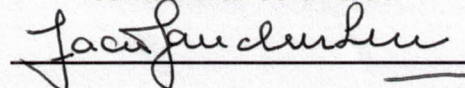
euros

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	7	1,161,998.92	1,129,398.63
Subsídios, doações e legados à exploração	8	902,446.05	875,897.66
ISS, IP - Centros Distritais		882,407.37	850,959.40
Outros		20,038.68	24,938.26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-168,318.90	-150,947.78
Fornecimentos e serviços externos		-827,792.45	-822,362.75
Gastos com pessoal	11	-990,395.06	-977,134.15
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-8,436.94	2,005.00
Outros rendimentos e ganhos		29,299.37	33,826.14
Outros gastos e perdas		-7,069.54	-30,640.44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		91,731.45	60,042.31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-71,091.39	-68,383.94
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		20,640.06	-8,341.63
Resultado antes de impostos		20,640.06	-8,341.63
Imposto sobre rendimento do período	9	0.00	0.00
Resultado líquido do período		20,640.06	-8,341.63

Direção


 Maria José Almeida Ribeiro
 Ana Maria Bernardino Mendes

Contabilista Certificado



Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2015

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		1,163,859.92	1,121,143.33
Pagamentos a fornecedores		-986,805.90	-971,119.65
Pagamentos ao pessoal		-966,280.43	-973,640.57
Caixa gerada pelas operações		-789,226.41	-823,616.89
Outros recebimentos/pagamentos		892,798.75	868,023.97
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		103,572.34	44,407.08
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	4	-77,409.82	-58,333.65
Investimentos financeiros	5	-1,022.14	-493.98
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1,353.00	0.00
Subsídios ao investimento	8	16,000.00	56,000.00
Juros e rendimentos similares	7	6,195.58	8,669.47
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-54,883.38	5,841.84
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0.00	0.00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		48,688.96	50,248.92
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		494,272.97	444,024.05
Caixa e seus equivalentes no fim do período		542,961.93	494,272.97

Direção

Contabilista Certificado

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]

ANEXO

Para o período de 01/01/2015 a 31/12/2015

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade

Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior

1.2. Sede

Av. Dr. João Afonso Calado da Maia, 2040-333 Rio Maior

1.3. Natureza da actividade

A entidade tem por finalidade a satisfação de carências sociais e a promoção do culto católico, através de centros infantis, centros de dia e de convívio, lares para idosos, deficientes e equiparados e em hospitais de retaguarda ou enfermarias para doentes considerados irrecuperáveis.

No período de relato estiveram em funcionamento as seguintes “respostas sociais”:

- Lar Dr. Calado da Maia
- Pré-escolar
- Creche “O Ninho”
- Creche “Chaiça”
- Creche Familiar
- PIP Rio
- Cantinas Sociais
- RLIS

No período de relato estiveram em funcionamento as seguintes actividades:

- Centro Médico
- Fisioterapia
- Sector Religioso
- Universidade Sénior

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março e pela respetiva NCRF-ESNL aprovada pelo Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março.

2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade

No período de relato não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Ativos fixos tangíveis – Modelo do custo ou da revalorização deduzido das depreciações acumuladas

Investimentos financeiros – Modelo do custo

Inventários - Custo

Dívidas a receber de clientes – Custo menos perdas por imparidade

Outras dívidas a receber e dívidas a pagar - Valor nominal

3.2. Outras políticas contabilísticas:

Não aplicável.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações realizadas pela entidade.

3.4. Principais fontes de incertezas das estimativas

As estimativas efetuadas tiveram por base o melhor conhecimento existente à data de apresentação das demonstrações financeiras.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. Para os ativos adquiridos até 31/12/2012, foram utilizadas as vidas úteis e taxas de depreciação constantes do PCIPSS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de Maio, para os ativos adquiridos após 01/01/2013, foram utilizadas as vidas úteis e taxas de depreciação constantes do DR n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

4.2. Para mensurar a quantia bruta escriturada foi utilizado o critério do custo ou da revalorização. O método de depreciação utilizado foi o método das quotas constantes.

4.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	AFT em curso	Totais
- Quantia bruta inicial	256,364.20	2,989,090.88	599,674.42	106,753.24	78,177.09	75,732.89	8,049.11	4,113,841.83
- Depreciações acumuladas	0.00	-791,964.76	-575,857.55	-106,196.08	-73,452.26	-61,203.26	0.00	1,608,673.91
Quantia líquida inicial	256,364.20	2,197,126.12	23,816.87	557.16	4,724.83	14,529.63	8,049.11	2,505,167.92
Movimentos do período	0.00	-56,632.22	6,899.13	-557.16	-1,905.32	0.00	57,375.80	5,180.23
- Total das adições	0.00	0.00	15,738.27	0.00	3,038.25	1,257.50	57,375.80	77,409.82
aquisições 1ª mão	0.00		15,738.27	0.00	3,038.25	1,257.50	57,375.80	77,409.82
- Total das diminuições	0.00	-56,632.22	-8,839.14	-557.16	-4,943.57	-1,257.50	0.00	-72,229.59
depreciações	0.00	56,632.22	8,839.14	557.16	3,805.37	1,257.50	0.00	71,091.39
alienações					1,138.20			1,138.20
abates		0.00						0.00
Quantia líquida final	256,364.20	2,140,493.90	30,716.00	0.00	2,819.51	14,529.63	65,424.91	2,510,348.15

4.4. Identificação dos itens que estão expressos por quantias revalorizadas:

No exercício de 1990, procedeu-se a uma revalorização dos terrenos e edifícios, tendo-se utilizado como critério de revalorização o valor de mercado.

No quadro seguinte são apresentadas as quantias iniciais e as quantias revalorizadas desses ativos:

Descrição	Valor Anterior a 1990	Valor Reavaliação	Valor Atual
TERRENOS:			
- Capela	997.60	7,731.37	8,728.97
- Hospital da Misericórdia	997.60	86,292.03	87,289.63
- Igreja	623.50	11,846.45	12,469.95
- CEE	13,367.78	11,572.11	24,939.89
- Jardim infantil	20,051.68	17,358.17	37,409.85
SOMA	36,038.16	134,800.13	170,838.29

Descrição	Valor Anterior a 1990	Valor Reavaliação	Valor Atual
EDIFÍCIOS:			
- Hospital da Misericórdia	2,992.79	258,876.11	261,868.90
- Igreja	1,870.49	35,539.35	37,409.84
- CEE	40,103.35	34,716.33	74,819.68
- Jardim infantil	60,155.03	52,074.50	112,229.53
SOMA	105,121.66	381,206.29	486,327.95

4.5. Identificação dos ativos fixos tangíveis (imóveis) com ónus:

Conta	Descrição	Valor	Ónus
4331	Terrenos e Recursos Naturais:		
433101	Terreno Rua João T.Barbosa (U-2355)	498.80	Renda mensal de 144.21 €
433104	Terreno Ninho CEE (U-8909)	24,939.89	Bem doado à SCMRM com utilização obrigatória no apoio a deficientes. Renda mensal 1 €
4332	Edifícios e Outras Construções:		
433201	Edifício Rua João T.Barbosa (U-2355)	1,496.39	Renda mensal de 144.21 €
433204	Edifício Ninho CEE (U-8909)	74,819.68	Bem doado à SCMRM com utilização obrigatória no apoio a deficientes. Renda mensal 1 €

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

5.1. Em 31/12/2015, a entidade possuía 459,33 € de certificados de renda perpétua emitidos pelo Instituto de Gestão do Crédito Público e 1.660,02 € relativos ao Fundo de Compensação do trabalho, que estão mensurados ao custo.

5.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Outras aplicações financeiras	Totais
- Quantia bruta inicial	1,045.85	1,045.85
- Depreciações acumuladas	0.00	0.00
Quantia líquida inicial	1,045.85	1,045.85
Movimentos do período	1,073.50	1,073.50
- Total das adições	1,163.48	1,163.48
aquisições 1ª mão	1,163.48	1,163.48
- Total das diminuições	89.98	89.98
alienações	89.98	89.98
Quantia líquida final	2,119.35	2,119.35

6. INVENTÁRIOS

6.1. O sistema de inventário utilizado foi o inventário intermitente, nos termos do nº 5, do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13/07 e a forma de custeio o custo de aquisição.

6.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Mercadorias	Matérias-primas	Totais
Inventários iniciais	1,131.99	4,537.58	5,669.57
Compras	16,081.33	147,756.18	163,837.51
Reclassificações e regularizações	0.00	5,122.03	5,122.03
Inventários finais	1,025.40	5,284.81	6,310.21
CMVMC	16,187.92	152,130.98	168,318.90

7. RÉDITO

7.1. Para o reconhecimento do rédito foi utilizado o pressuposto do acréscimo.

7.2. Discriminação da quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rubrica	Valor
Vendas	19,673.05
Prestação de serviços	1,142,325.87
Juros obtidos	4,677.10

8. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

8.1. Foram considerados como rendimentos, na totalidade, os subsídio do Governo recebido durante o período relativos a:

Rubrica	Valor
Segurança Social	882,407.37
IEFP	8,329.23

8.2. Dos subsídios constantes no quadro anterior, em 31/12/2015, estavam por receber 12.388,59 €.

8.3. Os subsídios do Governo relativos a: obra da cozinha (PIDDAC) e sala de estar do lar de acamados, capelas mortuárias e edifício fisioterapia/serviços administrativos foram considerados como rendimentos no valor de 9.197,12 € de acordo com a proporção da vida útil dos bens objecto de investimento.

8.4. O valor referente a donativos que foi considerado como rendimento no período de relato foi de 11.709,45 €.

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

9.1. Os rendimentos da entidade estão isentos de imposto sobre o rendimento, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 10º do Código do IRC e não existem situações sujeitas a tributação autónoma, pelo que não foram reconhecidos quaisquer gastos com imposto sobre o rendimento.

10. PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS

10.1. De acordo com a política definida pela Direção, deverão ser consideradas perdas por imparidade em dívidas de clientes e utentes, quando as dívidas estejam em mora há mais de 24 meses.

10.2. No período de relato foram consideradas as seguintes perdas por imparidade em ativos financeiros – dívidas de clientes e utentes:

	Saldo inicial	Reversões	Reforço	Saldo final
Dívidas a receber de utentes	2,218.67	163.00	8,599.94	10,655.61
TOTAL	2,218.67	163.00	8,599.94	10,655.61

10.3. Discriminação das dívidas registadas como de cobrança duvidosa:

	Valor
Em mora: há mais de 24 meses	10.655,61
TOTAL	10.655,61

11. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

11.1. Durante o período de relato o número médio de empregados foi de 87.

11.2. Membros dos órgãos diretivos durante o período de relato:

Assembleia Geral

Manuel Sequeira Nobre

Eduardo Casimiro de Deus Pereira da Silva

Mafalda Rodrigues Fonseca

Direcção

João Pulquério Antunes de Castro

Rui Manuel Fernandes Andrade

Maria José Moura Figueiredo

Manuel dos Santos Guilhermino

António Cadoso Ferreira

Maria do Carmo Almeida Costa Marques dos Santos

Olga Modesto Sousa Cadoso Paula

Definitório

João António Lopes Cadoso

Manuel Silva Ricarte

Maria José Gonçalves Lopes Barra

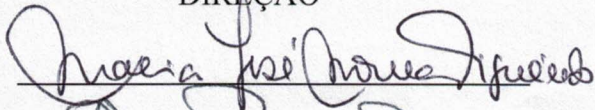
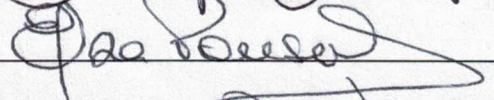
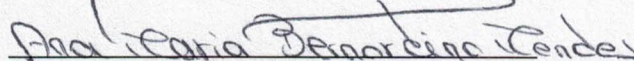
11.3. Os membros dos órgãos diretivos durante o período de relato, não auferiram qualquer remuneração pelo desempenho das suas funções.

12. FUNDOS PATRIMONIAIS

12.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Fundo social	45,398.04			45,398.04
Resultados transitados	1,984,941.10	8,341.63		1,976,599.47
Excedentes de revalorização	516,006.42			516,006.42
Outras variações capital próprio:				
- subsídios	409,281.94	9,197.12		400,084.82
TOTAL	2,955,627.50	17,538.75	0.00	2,938,088.75

DIREÇÃO

CONTABILISTA CERTIFICADO

